



Editorial: a pesquisa acadêmica como forma de reparação histórica

Dalila Varela Singulane [*]

Nilciana Alves Martins [**]

[*] Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra (2021) em História pela UFJF. Bacharela e Licenciada em História (2018/2022) pela UFJF com habilitação em Patrimônio Cultural. Coordenadora-geral da Associação de Pós-graduandos da UFJF. Editora-chefe da revista acadêmica "FACES DE CLIQ" e Gerente Editorial da "Locus: revista de História", ambas vinculadas ao PPGH-UFJF. Pesquisas e trabalhos na área de Racismo e Patrimônio Cultural, com foco em políticas públicas de preservação. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com

[**] Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra (2022), licenciada (2019) e bacharela com ênfase em patrimônio (2018). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF) e membro do grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (CNPq/UFJF/UFF). Atua como assistente editorial da Locus: Revista de História e é Editora-chefe da Revista Faces de Clio, ambas ligadas ao departamento de História da UFJF. Dedicar-se, também, à divulgação científica. Tem experiência e interesse nas áreas de História Contemporânea, com ênfase em: Emma Goldman; história intelectual; história das mulheres; história do anarquismo; trajetórias femininas; imprensa libertária; guerra civil espanhola; fascismos; autoritarismos do século XX; revolução russa; mundos do trabalho; política radical. E-mail para contato: nilcianaalves@gmail.com

Qual o papel das universidades brasileiras no combate ao racismo e na construção de uma sociedade antirracista? Nós acreditamos que deveria ser sua principal função em um país como o Brasil. Isso porque este país se desenvolveu sob o sangue derramado da população preta e dos povos originários, com o aval do Estado, da Igreja, dos intelectuais e artistas que endossaram desde o século XVI o tráfico, escravização e todo tipo de violência física e simbólica contra esses povos para acumulação de capital e manutenção dos seus privilégios. Desde as grandes navegações até a história recente, o que se vê no Brasil é a desumanização de determinados grupos a depender de seu tom de pele, cultura e religiosidade. Sendo o local que mais tem pessoas negras fora de África e com centenas de nações indígenas, o Brasil consolidou um tipo específico de racismo ao longo de sua história a partir da criação do mito da democracia racial.

Se hoje a morte de crianças pretas dentro das favelas ou se o dado que 80% das mortes violentas de jovens no país são de adolescente negros entre 15 e 19 anos” não causa intensa revolta e mudanças estruturais no país, é porque o racismo brasileiro foi construído ou, pelo menos, minimizado por intelectuais brancos pertencentes às mais renomadas universidades nacionais e internacionais. Foi a conhecida ciência do século XIX a responsável por criar ideias de branqueamento da população para que a nação alcançasse o progresso europeu, que posteriormente, se tornaram políticas públicas financiadas pelo estado brasileiro. O racismo é uma ferida aberta que precisa ser discutida e evidenciada em cada aspecto da vida social e política brasileira. A escravização de pessoas a partir de sua racialização criou uma nação profundamente violenta. O racismo que financiou o crescimento dos mais aplaudidos e homenageados homens do Brasil é o mesmo que faz que todo dia policiais confundam garrafas de desinfetante com armas, que fazem as cotas nas universidades serem questionadas e atua como instrumento de dominação para que pessoas pretas permaneçam em lugares subalternos.

Pretos, pardos e povos originários são colocados em situação de vulnerabilidade social há 500 anos e o reflexo disso vemos todos dias ao olhar quem é a população em situação de rua, as crianças que trabalham em semáforos e quem são as pessoas que estão sendo encontradas em situação análoga a escravidão. Assim como, na contramão, é fundamental observar quem compõe a maior fatia da pós-graduação nas universidades públicas brasileiras, bem como o corpo docente das instituições. Logo, é urgente que as universidades públicas se comprometam com o ingresso e permanências dos estudantes pretos, pardos e indígenas, sobretudo, os que foram colocados em vulnerabilidade pela mão do Estado. Queremos gerar conhecimento a partir da nossa cultura.

Como disse Ailton Krenak, estamos em guerra desde a invasão colonial, pois o genocídio dos povos originários e do povo preto jamais cessou. São as mães pretas que enterram seus filhos todos os dias, devido a necropolítica exercida pelo Estado brasileiro. Este dossiê é mais que uma publicação acadêmica, é mais um anúncio que as instituições, a economia e a sociedade precisam mudar, pois se combinaram de nos matar, combinamos de não morrer.